

## **Reinventando o Ensino Médio: compromisso com a formação técnica e/ou cidadã?**

### **Reinventing high school: commitment to technical and/or citizen formation?**

*Sandra de Castro de Azevedo*

Docente Universidade Federal de Alfenas. Curso de Geografia  
[sandrinhacp@yahoo.com.br](mailto:sandrinhacp@yahoo.com.br)

*Vinícius Arcanjo Monteiro*

Discente Universidade Federal de Alfenas. Curso de Geografia - Licenciatura  
[vm.arcanjo@gmail.com](mailto:vm.arcanjo@gmail.com)

Artigo recebido para revisão do evento em 22/04/2014, aceito para publicação em 11/05/2014 e recebido para publicação em 01/06/2014

#### **Resumo**

Para que a Geografia Escolar tenha êxito se faz necessário entender os movimentos que estão presentes no cotidiano escolar e que interferem diretamente no processo ensino-aprendizagem desta disciplina. Em tempo de crise da educação básica, várias são as estratégias criadas para resolver ou minimizar os problemas da educação pública, dentre estas estratégias destacamos as políticas públicas que são elaboradas muitas vezes sem a participação dos principais interessados e objetivam atender anseios relativos a índices educacionais que podem melhorar a situação do país no cenário mundial. O Reinventando o Ensino Médio é um projeto mineiro que surge dentro de um pacote de Políticas Públicas Educacionais que buscam uma homogeneização como é o caso do Conteúdo Básico Comum (CBC) e uma educação voltada para o trabalho. Por meio de uma análise crítica de documentos oficiais e de depoimentos de professores, diretores e alunos buscamos compreender o Reinventando o Ensino Médio em sua teoria e na prática da escola.

**Palavras-chave:** Política Pública Educacional; Reinventando o Ensino Médio; Cultura Empreendedora no Ensino;

#### **Abstract**

So that Geography learning process achieves highness knowledge it is mandatory to realize daily shifts in school movement and how they are connected to teaching process. In a basic educational crisis, strategies have been developed to solve or minimize public education problems. Thus public policies that create such strategies not rarely take place without the most interested people involved and aiming to get a better educational stage in a worldwide ranking. Reinventando o Ensino Médio is part of a public police that aim to homogenize education such as Conteúdo Básico Comum (CBC) or teaching focused on employment. Within a critical analyzes of documents, theories, school practices and dialogues with teachers and students,

**Key-words:** Public policies Educational; Reinventing high school; Enterprising Culture in Teaching Process;

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa em ensino de geografia está entrelaçada a questões políticas presentes na escola, ou melhor, dependem diretamente de Políticas Públicas que são constantemente aprovadas pelos governos com o discurso de melhorar a qualidade de ensino.

Enquanto uma ciência social que possui como seu objeto central o espaço geográfico, resultante das ações de produção e reprodução das relações sociais, é dever da pesquisa em geografia, se debruçar sobre as políticas públicas que dificulte a geografia escolar de se estabelecer como um instrumento de compreensão e de transformação da realidade.

Diante desta justificativa temos o objetivo de realizar uma análise crítica sobre o projeto Reinventando o Ensino Médio como política pública Educacional do Estado de Minas Gerais, partindo do contexto da elaboração e da implantação nas escolas. Buscando entender por meio da análise de documentos oficiais e da percepção dos gestores, professores e alunos como ocorre a política pública na prática e quais são e podem ser suas consequências para a sociedade.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Políticas Públicas Educacionais e o Reinventando o Ensino Médio

A tentativa de melhorar a qualidade da educação básica está presente em todas as esferas, seja Federal, Estadual e Municipal. Muitas políticas públicas são elaboradas com

intuito de modificar a educação básica para melhor, no entanto são criadas longe do cotidiano escolar e seu estabelecimento é feito por meio de imposição aos profissionais que trabalham com a educação seja gestores ou professores.

Com o estabelecimento do neoliberalismo e da globalização, prevalece o discurso homogêneo, que defende uma única forma de pensar em todas as esferas da sociedade, inclusive a esfera educacional, onde para melhorar as taxas de analfabetismo, atendendo as normas de órgãos mundiais, realizaram-se políticas educacionais que visam à quantidade em prol da qualidade. Amplia-se o acesso à educação para uma grande parcela da sociedade, melhorando os dados relativos ao analfabetismo, mas não se garante a qualidade da educação. (PEREIRA, 2011, p.24)

Autores como Gentili (2002), Silva (2001) e Frigotto (2001) afirmam a influência da globalização na educação, sendo esta realizada principalmente por meio de políticas públicas que tendem a minimizar os gastos com a educação, torna-la homogênea e voltada para o mercado de trabalho, com predomínio de um caráter quantitativo, além de implementar um caráter meritocrático e competitivo seja entre os profissionais da educação, seja entre os alunos.

A adequada aproximação entre educação, empregabilidade e cidadania é uma exigência a ser cumprida por quaisquer políticas educacionais compatíveis com a contemporaneidade. Reformas educacionais, não importa o seu escopo ou amplitude, devem levar em conta cada um destes fatores e, sobretudo, a articulação entre eles. (MINAS GERAIS, 2013, p.6)

Dentro deste contexto, a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais elabora o Projeto Reinventando o Ensino Médio. As justificativas colocadas para a

execução deste projeto estão dentre alguns obstáculos da própria realidade escolar, como: “o baixo desempenho dos estudantes, os índices ainda altos de evasão e as distorções idade/série, o baixo grau de atratividade e a necessidade de diminuir as taxas de reprovação exigem uma resposta”. Ou seja, é uma tentativa de responder aos desafios da sociedade e ganha espaço na agenda educacional do País. (MINAS GERAIS, 2013)

É comum encontrar atualmente na sociedade brasileira pessoas que possuem certificado de conclusão do ensino fundamental, mas que não conseguem interpretar um texto ou realizar as quatro operações da matemática. Uma das causas desse fracasso escolar é a falta de perspectiva dos alunos, pois muitos deles têm conhecimento de que o mercado de trabalho está cada vez mais seletivo e que cursam uma educação pública de qualidade precária, assim, não se veem em condições de competir com pessoas que possuem uma educação de qualidade, ou seja, não tem emprego para todos e sabem que somente os mais qualificados serão contratados. Sendo assim, não encontram sentido para querer aprender (PEREIRA, 2011, p.24)

A demanda por mão de obra com qualificação técnica, fatores de adaptação à técnica/tecnologia estão entre as exigências do mercado de trabalho atual, assim como a desigualdade na remuneração se comparado aos pequenos negócios, ou seja, o cidadão “educado”, aquele que estudou ganhar menos que um cidadão, não estudado, porém “empreendedor” e que segundo a SEE/MG também considerada uma justificativa.

O projeto Reinventando o Ensino Médio, através da reformulação curricular da rede pública de Ensino Médio em Minas Gerais, tem como objetivo a criação de um ciclo de estudos com identidade própria, que propicie, simultaneamente, melhores condições para o prosseguimento dos estudos e mais instrumentos

favorecedores da **empregabilidade dos estudantes ao final de sua formação nesta etapa de ensino**. Ao se associar a políticas que contribuem para a ressignificação da escola pública em Minas Gerais, o projeto assinala a importância do acesso ao conhecimento como condição para o exercício da plena cidadania na sociedade contemporânea. (MINAS GERAIS, 2013, p.11) (grifo nosso)

Mudanças no contexto pedagógico, mas, principalmente na relação ensino-aprendizagem referentes a ineficácia entre um ensino tradicional e uma formação, que descontextualiza-se da realidade que se destinam, onde não tem uma dinâmica interativa entre quem ensina e quem aprende, e por outro lado a inserção de um ensino tecnológico, empreendedor. (SALGADO, 2001)

Deste “compromisso” e envolvimento pessoal no processo de aquisição de conhecimentos, ressalta a importância que deverá ser dada a cada sujeito, na aquisição e estrutura do conhecimento e na sua capacidade para optar por uns ou outros modelos que lhe são propostos. O conhecimento, é deste modo, o resultado do processo pessoal de apreensão da realidade, que vai desenvolvendo na dialética de cada um com os sistemas e modelos que cada um se vai confrontando e nos quais encontramos motivações para aprender. É na realidade da vida que o indivíduo diferencia e associa os fatos, estabelece relações e combinações entre eles, os integra no seu quadro de referências, para depois operacionalizar o que aprende, com contextos próprios, tendo presente o seu nível de aplicabilidade e utilidade. (SALGADO, 2001, p. 293)

Mas o Reinventando o Ensino Médio está inserido dentro de um processo que visa homogeneizar a formação, e assim acaba por não atender a particularidade de cada região e muito menos a realidade dos alunos.

Como sistema aberto, a Formação é uma atividade dirigida a pessoas, a grupos e organizações entendidas também como sistemas abertos, e portanto, em constante interação com o meio envolvente e com cultura que lhe está

inerente. Cada vez mais a Formação visa capacitar indivíduos para uma constante adaptação às exigências de trabalho, num permanente ajustamento dos comportamentos, às mutações sócio-técnicas, mas também culturais que vão ocorrendo. (SALGADO, 2001, p. 293)

Um dos principais elementos da formação é o currículo e este não deve se limitar a uma grade de conteúdos e sim estar vinculado ao projeto pedagógico de cada escola e ser elaborado de uma forma coletiva envolvendo todos os agentes do processo ensino aprendizagem. Segundo Arroyo (2013) o currículo é um território em disputa onde cada vez o mais o professor perde seu espaço, pois existe um movimento de imposição curricular, onde o Governo define o conteúdo e fiscaliza sua aplicação por meio de avaliações externas, que são utilizadas para gerar índices educacionais de caráter quantitativo.

No estado de Minas Gerais o Currículo Básico Comum é estabelecido por meio da Resolução nº 2.197/2012 como obrigatório “Art. 59 Na organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio deve ser observado o conjunto de Conteúdos Básicos Comuns (CBC) a serem ensinados, obrigatoriamente, por todas as unidades escolares da rede estadual de ensino”. Trata de uma grade de conteúdo com suas respectivas habilidades para todas as áreas do ensino.

Os percursos curriculares propostos adicionam os conteúdos das áreas de empregabilidade ao atendimento do que é estabelecido pelo Currículo Básico Comum (CBC). Dessa forma, o estudante percorre, simultaneamente, dois eixos formativos inter-relacionados com identidade clara, de modo que, ao concluir o Ensino Médio como uma etapa significativa da vida escolar, além da

formação que lhe permite o prosseguimento dos estudos, conte, também, com os instrumentos proporcionados pela área de empregabilidade cursada (MINAS GERAIS, 2013, p. 10)

O Reinventando o Ensino Médio não tem objetivo de ser profissionalizante, uma vez que não terá profissionais habilitados em áreas específicas para formar os alunos e também não apresenta uma mudança significativa na grade, o que seria necessário para tal, é uma tentativa de trabalhar a empregabilidade dentro de uma estrutura já existente

É nesse sentido, que o Reinventando o Ensino Médio, propõe uma estrutura curricular que compreende a base nacional comum e uma parte destinada as áreas de empregabilidade, o que corresponde a uma concepção diferente do ensino médio profissionalizante. Por empregabilidade, entende-se a oferta de uma formação que possibilite ao estudante sua inserção múltipla e gradual no mundo do trabalho. Ao invés de uma destinação profissionalizante específica, o propósito do Reinventando é fornecer instrumentos aos jovens estudantes que permitam a sua atuação em nossa sociedade, com capacidade de respostas adequadas à realidade (MINAS GERAIS, 2013, p.33)

Se analisarmos o momento, vivenciamos o potencial inovador como o principal trunfo que reestrutura os setores de produção e comercialização, com base na tecnologia e gestão empreendedora. A economia mundial vem passando por muitas transformações nos últimos anos o que se verifica também na educação por meio da intensão de gerar e nutrir esses processos

Estas transformações trazem no bojo uma revolução tecnológica na microeletrônica e nas telecomunicações, magnificada pelo fenômeno da concorrência capitalista em escala global. Como a produção e a utilização de informações é fundamental para esta concorrência, a questão da

educação volta a figurar na agenda de prioridades do governo. (BARROS, 1997, p.155)

A proposta é que uma diversidade de áreas de empregabilidade garanta ao estudante uma margem de escolha que o torna, em parte, “autor do seu percurso curricular”. Com isso as principais características do Reinventando são: a promoção de percursos curriculares alternativos, o uso das novas tecnologias de ensino/aprendizagem, a presença de atividades interdisciplinares e instrumentos formativos extra-escolares. No entanto estas características podem ser comprometidas se não houver um investimento em infraestrutura e equipamentos nas unidades escolares.

No que se refere a investimento para a implementação da Política Pública em questão, existe uma orientação para a capacitação de professores. Para atuar no Reinventando o Ensino Médio o Governo do Estado de Minas Gerais abriu licitação para que as Universidades reconhecidas pelo MEC fossem contratadas para capacitar os docentes da rede.

O público-alvo desta proposta são os profissionais da educação envolvidos com o ensino médio que, ao se capacitarem e desenvolverem novas habilidades de ensino irão promover uma profunda transformação nesse nível de ensino, tornando a escola pública cada vez mais atrativa para os nossos alunos e mais relevante para a sociedade. Dada a extensão da rede estadual, que conta atualmente com 2.187 escolas de ensino médio, será necessário capacitar, em uma primeira etapa, aproximadamente 25.000 professores para atuar nas áreas de empregabilidade: - Comunicação Aplicada; - Empreendedorismo e Gestão; - Meio Ambiente e Recursos Naturais; Tecnologia de Informação e - Turismo. (MINAS GERAIS, 2013, p. 35)

Essa capacitação é oferecida para os professores de diversas disciplinas que se encontram na Rede Estadual Mineira de Ensino. No entanto o edital já deixa claro que as diretrizes do curso já estão definidas e que cabe a empresa contratada segui-lo.

A Licitante ofertará o curso de formação desenvolvido na modalidade a distância com a carga horária total de 180 horas/ano. O curso ofertado engloba um conjunto de atividades planejadas e já previstas em sua arquitetura curricular desenvolvida pelo Sistema Instrucional. O sistema instrucional a ser utilizado no curso, produzido por uma equipe de consultores e especialistas contratados especificamente para este fim, será apresentado e entregue à CONTRATADA para a formação dos cursistas que comporão os lotes. A plataforma de ensino a distância utilizada para desenvolvimento do curso será hospedada pela CONTRATANTE. A CONTRATADA será responsável pelo gerenciamento de parte deste sistema cedida pela CONTRATANTE. (MINAS GERAIS, 2013, p.37)

Os professores devem ser capacitados pela rede Estadual e são estes professores que estão aptos para aplicarem as propostas do REM. Há, no entanto, debates que está presente no universo da escola, que não se trata apenas de formação rápida e continuada. Quando está num sistema tradicional de ensino, nota-se um aparente “atropelamento” pela vontade de remar rumo a estes conhecimentos interdisciplinares. A implantação de uma organização deste tipo pressupõem uma arquitetura organizativa de infraestrutura, equipamentos, e aplicações, que ajuda a dar corpo, e que se encontre alicerçada em competências, cultura e organização. (SALGADO, 2001)

O Poder do Estado insere na lógica social as tendências tecnológicas e se volta a

uma cultura empreendedora, parecendo estar cada vez mais articulada com uma identidade tecnológica industrial. Enquanto isso a escola é afetada e tende a impor a mesma política.

Da mesma forma, diante da diversidade de saberes e de cultura que existe em cada país e região, não há como impor um modelo único de educação, pensado pelos países dominantes e difundido por meio de suas agências multilaterais que, geralmente, pretendem dar continuidade ao processo de colonização ao invés de promover a prometida erradicação da pobreza e a emancipação social. O discurso homogeneizante de políticas, currículos práticas educacionais precisa ser questionado porque, na verdade, carrega em si a intenção de novas formas de colonização que caracterizam a face atual da globalização de cunho neoliberal. Para desconstruirmos esse discurso, que se torna cada vez mais hegemônico em todo o mundo, torna-se urgente que os acadêmicos e a sociedade civil como um todo comecem a questionar o modelo de governança educacional que temos e discutir sobre aquele que queremos e que podemos construir. (GUIMARÃES-IOSIF, 2012, p.19)

A cultura e o cotidiano escolar estão colocados à prova de uma verdadeira revolução. Cabe-nos (re)pensar as práticas diárias e o comportamento de professores e alunos perante a um política que espera resultados.

### 3. METODOLOGIA

A tarefa do Analista de Políticas Educacionais consiste em dar sentido as ações governamentais no campo educativo, pois sem isto seria impossível uma visão crítica da ação do Estado. A metodologia que se segue é orientada por Jorge Barcellos para as análises das Políticas Educacionais.

Segundo Barcellos, a primeira etapa do conhecimento de Políticas Educacionais está na recepção das informações que nos chegam pelos

mais diferentes veículos e das mais diferentes formas de comunicação, seja pelo jornal, rádio, televisão, ou mesmo, se somos professores, diretamente pelo contato cotidiano com a realidade de ensino. Estas informações retiradas da experiência prática da vida, das percepções iniciais sobre as ações governamentais no campo da educação, iniciam a construção teórica crítica.

Porém, por mais importante que seja o papel da informação preliminar, o conhecimento das políticas educacionais exige que se penetre mais fundo na essência da ação governamental. Portanto em qualquer discussão de Política Educacional, os argumentos em avaliação e os interesses em conflito são bem mais complexos que nossos conceitos podem compreender, mas apenas pelo nosso esforço teórico poderemos dar uma resposta satisfatória, não ao governo, mas a sociedade que tem sido sujeitada a tais ações.

Se pudermos compreender as causas que geram determinada ação governamental, estaremos dando um passo adiante para compreender as regularidades da ação política, conhecimento que permite, ao mesmo tempo uma crítica, e a possibilidade de construção de um novo discurso (Marilena Chauí). É obvio do ponto de vista de uma analista comprometido com a mudança social que esta posição é importante. Mas o ponto que queremos aqui salientar é que nesse momento, o que está sendo destacado é a mediação que fazemos com determinado fato da realidade.

Nesse sentido, o **marco teórico** é um elemento que pode auxiliar enormemente, pois *é a formulação teórica específica que permite entender uma situação política concreta*. É a própria teoria de apoio original modificada pela realidade, é o corpo teórico da política e da educação já elaborado e que tem a finalidade de servir de fio condutor para que se descobrir, a partir de traços gerais, novas propriedades e características das ações governamentais.

Permanentemente em desenvolvimento, a adequação teoria-realidade, que permite sua construção é constante e resultado das exigências explicativas do objeto em estudo. No caso, o conceito de subordinação política expressa as relações fundamentais de nosso processo de dependência educacional. Sendo assim, a lógica desta investigação de Políticas Educacionais devem servir tanto para as macro-políticas, quanto para as micro-políticas (Foucault). Ou seja, tanto para os procedimentos a nível governamental geral, quanto para aqueles que se efetuam no cotidiano escolar. (BARCELLOS, 2011)

Assim, a pesquisa em Políticas Educacionais exige a construção, ao mesmo tempo, de seu marco teórico de análise, o mapa de seu objeto, as relações que o vinculam com a totalidade social. Finalmente, ele permite também que sejam elaboradas as **hipóteses** de trabalho, que sejam especificadas as relações da teoria com as políticas educacionais em estudo.

Em Políticas Educacionais, hipótese é uma formulação que explica uma ação política. Implica afirmar a existência de uma relação

entre fenômenos políticos diversos ou seus componentes, e que esta relação é importante para a explicação da ação política.

Como parte do processo metodológico foram coletados depoimentos de gestores, professores e alunos que se encontram inseridos na Política Pública na prática, ou seja, que vivem no seu cotidiano escolar a mediação entre o concebido representado pela política e o vivido, a sua realidade do dia-a-dia. Trata-se de uma etapa importante para entendermos de uma forma aprofundada ao processo, pois sabemos que muita teoria quando colocada em prática seguem caminhos diferentes do proposto.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES: a Política Pública na Prática: Reinventando o Ensino Médio**

A educação, têm um papel direto na proposta social e educacional: cultuando o papel do empreendedorismo como dinamizador da ideologia, cultura, em favor de uma economia através competências empreendedoras que o REM dispõem. Sugerindo principalmente, a intensão da ampliação do que se chama de visão de planejamento e crescimento de pequenos negócios.

A escola estadual que foi piloto da implantação do Projeto Reinventando Ensino Médio, foi apresentado com uma intenção de excelência para a Escola, no sentido que revitalizaria os ânimos e anseios dos alunos, que estão desmotivados com a escola em seu sistema tradicional repercutindo em diferenças de comportamentos da comunidade escolar, e

isso realmente varia de escola para escola. Segundo a diretora responsável pela escola deixou claro que se tratava de uma política pública, e que estava em fase de adaptação de horários e a diretora espera que ano de 2014 se efetive cem por cento daquilo que ela planejou para a escola. A posição da gestão da escola é de confiança com os planejamentos futuros para a Escola.

As áreas de empregabilidade escolhidas são as seguintes: Empreendedorismo, Gestão Tecnologia de Informação e Comunicação aplicada e Linguagens. Estas áreas foram escolhidas junto aos alunos e aos propósitos da comunidade envolvida, e as aulas acontecem normalmente acrescidas de uma 6ª aula (em depoimentos a diretora fez uma comparação entre o ensino particular e a escola pública quando somado uma aula a mais no horário da escola), sem prejudicar qualquer outra área (disciplina), argumentando que o aumento da carga horária contribuiria para melhorar a qualidade de ensino.

Um dos professores responsáveis pela disciplina de empreendedorismo é formado em geografia e responsável por esta disciplina na escola, em seu depoimento se mostrou envolvido e empolgado com o Projeto. Relata também que a direção e professores, em todos os momentos, sustentam uma orientação e acompanhamento dos alunos nas áreas de empregabilidade, e confirma sempre que trata-se de uma responsabilidade pessoal, ou seja, os alunos tem de ser “empreendedores de si mesmo”.

Mas até o momento não foram feitas mudanças na organização da escola que facilitem um trabalho interdisciplinares não criou-se estrutura para que a teoria da Política Pública seja colocada na prática da forma como foi idealizada, apesar de ser um proposta que permite críticas.

Pelo modelo apresentado e suas características, parecem corresponder à criação de oportunidade para estimular a criatividade individual e organizacional. As estudantes da escola em questão afirmam que o projeto vem contribuindo para a sua formação cidadã. Porém é preciso maiores reflexões para compreender a nova forma de entender e produzir conhecimento, direcionadas a uma sociedade competitiva e globalizante.

Dentro de uma visão quantitativa da educação, que tem como objetivo preparar para o mercado de trabalho, tem-se a intensificação da necessidade de capacitar os alunos para a empregabilidade, em um cenário em que emprego com carteira assinada é uma raridade, o Governo de Minas Gerais implantou Reinventando o Ensino Médio (REM), que exige uma proposta curricular pautada no empreendedorismo.

Ao realizarmos uma análise crítica para além do discurso presente na política pública, o Reinventando o Ensino Médio, apresenta falha já no preparo dos professores. No que diz respeito a capacitação docente, são destinadas 180 horas/ano para que um professor responsável por qualquer disciplina escolar esteja preparado para ministrar conteúdos relativos a

Comunicação Aplicada, Empreendedorismo e Gestão, Meio Ambiente e Recursos Naturais, Tecnologia de Informação e Turismo, fato que fragiliza a projeto, pois seria necessário uma preparação mais aprofundada para que tal profissional conseguisse trabalhar de forma segura tais conteúdos, mesmos que sejam de área próximas como é o caso de Geografia e Meio Ambiente e Recursos Naturais e Turismo. Na verdade entendemos que a eficácia de tal projeto seria alcançada se profissionais formados nas áreas específicas fossem os responsáveis por ministrar as aulas.

Outro elemento que torna a projeto questionável é o fato de contratar uma Universidade para ser responsável pelo curso de capacitação e impor a está um curso já preparado por outros profissionais, limitado assim a ação da Universidade nesta capacitação docente.

Com relação a grade curricular sabemos que poucas mudanças foram feitas em algumas escolas algumas disciplinas perderam um pouco da carga horária em outras não, é interessante destacar que a carga horária de cada ano do ensino médio vem pronta da Superintendência de Ensino o que fortalece a ideia de falta de autonomia na escola, já que os professores são obrigados a seguir o CBC e a grade. Desta forma a grade curricular do Ensino Médio não é elaborada por meio do trabalho coletivo da gestão, professores, funcionários e comunidade, é uma grade de conteúdo pronta e imposta que muitas vezes foge á realidade já que o território

mineiro é extenso e diversificado sócio-culturalmente.

No caso mineiro a formação é conduzida por um conjunto de estratégias lideradas pelo CBC (Currículo Básico Comum) que se resume a um quadro com conteúdo, competências e habilidades determinados, fato que leva a uma homogeneização do ensino do Estado de Minas Gerais e além de limitar a autonomia do docente que é constantemente cobrado pela Superintendência de Ensino a seguir sem questionar o que está proposto, mesmo que não tenha aproximação com a realidade do aluno e o Reinventando o Ensino Médio faz parte deste processo, pois as aulas referentes a empregabilidade é inserida na proposta do CBC.

Com relação a 6<sup>a</sup> aula que muitos professores e gestores entendem como um benefício, sabemos que só aumentar a permanência do aluno na escola não é suficiente para melhorar a qualidade de ensino, aliás se esta carga horária for aumentada sem um preparo para dar sentido ao aprendizado, os alunos tendem a ficar cansados e desmotivados, apresentando desta forma um resultado contrário ao que o Reinventando o Ensino Médio propõe enquanto política pública.

Quando enfocamos a análise para a importância do Reinventando para os alunos do Ensino Médio, partimos de uma indagação. Quantos alunos que já estão estudando neste projeto estão aplicando seu conhecimento escolar empreendedor? A resposta é nenhum. Haja vista, que muitos já estão no mercado de trabalho e esta relação não está assegurada pela

escola, ou seja, não existe um compromisso do Governo do Estado de encaminhar estes alunos para o mercado de trabalho, aliás a publicidade oficial sobre este projeto vinculado na mídia televisiva, é construída sobre um enredo de uma aluna que tem uma mãe que faz e vende salgados e por meio do conhecimento da filha sobre empreendedorismo ela consegue ampliar o negócio e se torna uma empresária, tudo com uma abordagem de sucesso e sem apresentar obstáculos. A ideia é mostrar para o aluno que se o emprego com carteira assinada está difícil de conseguir na atualidade, então uma das saídas é se tornar um empreendedor.

Esse tipo de publicidade é perigosa pois pode levar a uma criação de ilusão por meio dos alunos que podem passar a se enxergar como preparados para se tornarem empresários, somente por ter feito algumas disciplinas que tratavam de empreendedorismo, essa linha de raciocínio faz sentido em um governo que tem pretensão de passar a responsabilidade da criação de empregos para o cidadão comum, em vez de levar a um questionamento sobre o mundo do mercado e sua precarização ou então levar os alunos a compreenderem o processo capitalista, mantendo-nos atentos à articulação da sociedade e educação na contemporaneidade.

Esta publicidade em questão vem de encontro com o discurso para a aceitação sem questionamento de uma Política Pública que a exemplos da maioria, foi elaborada e aplicada sem a participação dos agentes envolvidos na educação.

A bibliografia disponível indicava “a educação empreendedora avançando nas escolas brasileiras”, mas este avanço permite a identificação de propostas estatais e que geralmente estão associadas a grandes casos de sucesso pelo mundo afora, sem pensar de como este projeto poderia refletir em casos específicos da sociedade e vice-versa, como casos específicos podem enaltecer esta política?

A cultura empreendedora promete identificar e nutrir um potencial empreendedor de sucesso, que muitas vezes está desarticulado da cultura local, ou seja, há um exercício cultural geralmente envolto pelos tons ideológicos que se permeia facilmente em uma sociedade industrial- urbana e capitalista.

Nos altos dos reversos, a nossa formação social e cultural favorecem muito facilmente a imposição cultural, basta ver a situação escolar. Ao contrário, os professores, diretores e comunidade escolar, têm que estar conscientes quando isso implica num certo grau de coerção da consciência de modo intenso, abrupto e como jogo político.

## 5. CONCLUSÕES

Essa proposta de enfatizar a educação voltada para o trabalho ou para o mercado, não é novidade, no período de 1945 à 1966 o quadro era aparentemente o mesmo. No livro Educação e Política, Celso de Rui Beisiegel discorre sobre a antiga educação secundária, que na época, era vista por muito como uma condição para a realização do êxito profissional diante de uma

sociedade industrializada moderna. Assim, as expectativas de ascensão social segundo padrões característicos da moderna sociedade industrial iam progressivamente alcançando setores cada vez mais longes da sociedade, observado pela inversão da população de áreas rurais para urbanas, por exemplo. Quase que reeditando a escola secundária dos anos 60, o Reinventando é uma revisão deste período?

Na verdade sempre existiu uma disputa entre os grupos que defendem a educação para a vida e os que defendem a educação para o mercado de trabalho, infelizmente por influencia da globalização neoliberal, existe uma intensificação de políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho, mesmo que o discurso tente fazer uma relação com uma formação cidadã, uma análise mais cuidadosa e uma avaliação de seus resultados, não deixam dúvidas que são instrumentos que visam uma homogeneização da educação, com grande tendência a diminuir ou eliminar o senso crítico das escolas, que ainda hoje, são espaços de possíveis transformações sociais, fato este que revela o porque de tanta atenção, seja, do governo ou da mídia para este espaço.

O discurso difundido da precarização da educação básica pública e a ilusão de uma preparação para o mundo do trabalho seja por meio da empregabilidade ou do empreendedorismo levam a população e até alguns profissionais da educação a aceitarem estas políticas públicas. Assim cabe a universidade se debruçar sobre a escola e num

sentido de parceria entender este processo e auxiliar a escola na subversão do mesmo.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 374p.

BARCELLOS, Jorge. **Políticas educacionais como campo de saber. A apresentação do problema**. Disponível <http://blog.fimes.edu.br/divino/files/2011/02/politicas-educacionais2.pdf>. 2011.

BARROS, Aluísio A. de. A Contribuição da Educação nas Indústrias Inovadoras. **Revista ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Fundação CESGRARIO, Rio de Janeiro. v. 5, nº 15, p. 151-160. Abril/Junho, 1997

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. Brasília. Liber Livro. 2008. 378p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P.; SILVA, T.T. **Neoliberalismo, Qualidade total e Educação. Visões Críticas**. Petrópolis, Editora Vozes, 2001. p. 31-93.

GENTILI, Pablo. **A Falsificação do Consenso. Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002. 204p.

GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. **Política e Governança Educacional: Contradições e desafios na promoção da cidadania**. Brasília, DF: Universia: Liber Livro, 2012. 281p.

MINAS GERAIS. **Secretaria de estado de educação**. Edital de Licitação Nº 1/2013. 67p.

MINAS GERAIS. **Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas

Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Minas Gerais, 2012

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Reinventando o Ensino Médio**. Minas Gerais, 2013. 50p.

PEREIRA, Sandra de Castro. Política Pública de Educação do Estado de São Paulo e a educação para a inserção no mercado de trabalho. Faculdade de Filosofia Ciências Humanas e Letras -USP; São Paulo; In.: **VI EPOG- Encontro de Pós-Graduação da FFLCH/USP**; Comissão de Pós-Graduação da FFLCH/USP. 2011.

PEREIRA, Sandra de Castro. **A Proposta Curricular do estado de São Paulo e a sala de aula como lugar de transformação social**. 2011. 197 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

SALGADO, Cristina Margarida Tavares. Formação, Pessoas, Empresas, Universidade: Novos modelos em consolidação. **Revista ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Fundação CESGRARIO, Rio de Janeiro. v. 9, n° 32, p. 289-340. Julho/Setembro, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia e na política da pedagogia. In: GENTILI, P e SILVA, T.T. **Neoliberalismo, Qualidade total e Educação. Visões Críticas**. Petrópolis, Editora Vozes, 2001. pp. 9-29.

.